

GABARITO OFICIAL – SELEÇÃO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO EDITAL Nº 02/2025							
QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	B	2	D	3	B	4	D
5	C	6	D	7	C	8	A

GABARITO OFICIAL DA PROVA DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO

QUESTÕES DISSERTATIVAS

Questão 01 - Disserte sobre os institutos da Prescrição e Decadência no Direito Civil Brasileiro, abordando os conceitos, diferenças e prazos legais. Discorra sobre as causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição.

PADRÃO DE RESPOSTA PARA A QUESTÃO DISSERTATIVA Nº 1

1	A prescrição pode ser conceituada como a perda do direito de ação devido ao
2	não exercício em determinado prazo definido em lei. A decadência é definida
3	como a perda do próprio direito não requerido dentro do prazo legal.
4	A principal diferença entre estes importantes institutos jurídicos é que a
5	“prescrição é a extinção da pretensão à prestação devida – direito esse que
6	continua existindo na relação jurídica de direito material – em função de um
7	descumprimento (que gerou a ação). A decadência se refere à perda efetiva
8	de um direito pelo seu não exercício no prazo estipulado”. (GAGLIANO, Pablo
9	Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo, 2019, p. 224).
10	Outra diferença diz respeito à renúncia. Enquanto a prescrição aceita a
11	renúncia; a decadência, em regra, não é possível.
12	No Código Civil Brasileiro os temas prescrição e decadência são tratados
13	principalmente nos artigos 189 a 206 (prescrição) até os artigos 207 a 211
14	(decadência).
15	A interrupção da prescrição, que poderá ocorrer apenas uma vez, pode se dar
16	por exemplo, por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a
17	citação, se o interessado a promover na forma da lei processual.
18	As causas que impedem ou suspendem e interrompem a prescrição estão
19	previstas nos artigos 197,198,199 e 202 do Código Civil.
20	

Questão 02 – Discorra sobre as Medidas Cautelares diversas da prisão e da Liberdade Provisória no Direito Processual Penal Brasileiro, abordando seus conceitos, aplicabilidade e fundamentação legal.

PADRÃO DE RESPOSTA PARA A QUESTÃO DISSERTATIVA Nº 2

1	As medidas cautelares alternativas à prisão são ferramentas destinadas a
2	assegurar a execução da legislação penal sem exigir a restrição da liberdade
3	do acusado através da prisão preventiva. Elas são adotadas quando o
4	Magistrado conclui que o acautelamento preventivo não é imprescindível para
5	manter a ordem pública ou para o andamento do processo penal.
6	Dentre as alternativas à prisão cautelar, podemos mencionar: a utilização de
7	monitoramento por meio eletrônico, a restrição de deixar a jurisdição sem
8	permissão do juiz, a vedação de se comunicar com pessoas específicas, a
9	limitação de acesso a certos locais, a obrigação de se apresentar
10	periodicamente no fórum da comarca, a proibição de frequentar determinados
11	Ambientes, arbitramento de fiança, entre outras. As medidas cautelares estão
12	expressas no art. 319, CPP.
13	A Liberdade Provisória é direito do acusado, sempre que não estiverem
14	presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva. Nos termos
15	do art. 321 do CPP, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se
16	for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e
17	observados os critérios constantes do art. 282 deste Código. A concessão da
18	Liberdade provisória não impede a fixação de alguma medida cautelar diversa
19	da prisão. A liberdade provisória pode ser concedida sem fiança ou com
20	fiança.